

**PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
“LEGISLATIVO E DEMOCRACIA NO BRASIL”**

Mônica de Fátima Camargo Nascimento Nader

A TV PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DEMOCRÁTICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola do Parlamento, como requisito parcial para aprovação no curso de Pós-Graduação Lato Sensu “Legislativo e Democracia no Brasil”.

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DO PARLAMENTO**

**PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
“LEGISLATIVO E DEMOCRACIA NO BRASIL”**

MÔNICA DE FÁTIMA CAMARGO NASCIMENTO NADER

A TV PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DEMOCRÁTICO

Média da avaliação da banca examinadora.

Nota Final:

São Paulo, de de 2017.

ORIENTADORA: PROFESSORA Dra. ANA MARIA CAPITANIO

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda equipe da Escola do Parlamento, aos meus colegas de turma e, em especial, a minha orientadora pela atenção e paciência durante todo o processo de elaboração do meu trabalho final.

Ao meu companheiro de vida Luís, à minha razão de viver Helena e à minha saudosa mãe Maria do Carmo.

“A democracia é o governo do povo, pelo povo, para o povo.” — Abraham Lincoln

**DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE AUTORAL E AUTORIZAÇÃO DE
PUBLICAÇÃO**

Eu, Mônica de Fátima Camargo Nascimento Nader, declaro ser a autora desta Monografia apresentada à Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo para o Curso de Pós-Graduação “Legislativo e Democracia no Brasil” e que qualquer assistência recebida em sua preparação está divulgada em seu interior. Declaro também que citei todas as fontes das quais obtive dados, ideias ou palavras, usando diretamente aspas (“ ”) ou parafraseando, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravações ou quaisquer outros tipos. Declaro que este trabalho poderá ser publicado por órgãos de interesse público. Declaro, por fim, que o presente trabalho está de acordo com a Lei Federal nº 5988 de 14/12/1973, Lei de Proteção Intelectual, e que recebi da Instituição, bem como de seus professores, a orientação correta para assim proceder. Em ambos os casos me responsabilizo exclusivamente por quaisquer irregularidades.

São Paulo, 16 de janeiro de 2017.

Nome

RESUMO

Uma vasta literatura revela sobre como a televisão no Brasil já nasceu comercial, diferente das políticas estabelecidas em outros países, como por exemplo, nos EUA. O objetivo da pesquisa é apontar formas de garantir a autonomia editorial de uma TV Pública. Para tanto, queremos mostrar as características de cada modelo de Televisão (Comercial, Estatal e Pública), como surgiram e como se estabeleceram. O motivo dessa pesquisa é de ordem pessoal, porque resulta da minha trajetória como jornalista, por vários meios de comunicação, e da necessidade, como profissional dessa área, de zelar para que a informação real chegue à população sem perder pelo caminho o conteúdo, por seguir uma linha editorial política ou econômica predeterminada. O caso que será estudado é o da TV Brasil, abordando a trajetória e os debates que envolveram sua criação e sua regulamentação, bem como as mudanças por que tem passado, com maior interferência do atual Governo.

Palavras – chave: TV pública; independência editorial; democratização da informação; comunicação de massa; televisão

ABSTRACT

A vast literature reveals how television was born in Brazil with a commercial intent, differently from the policies established in other countries, such as the U.S. The objective of this research is to indicate ways to guarantee the editorial autonomy of a Public TV. To do so, this paper is going to present the characteristics of each model of Television (Commercial, State and Public), how they appeared and how they were established. The reason for this research is mainly personal, born from my career as a journalist, through various media vehicles and companies, and the need, as a professional in this area, to ensure that the real information gets to the population without losing content due to a predetermined political or economical editorial line. The case studied is TV Brasil, including the trajectory and debates that involved its creation and regulation, as well as the changes it has undergone, with greater interference from the current Government.

Keywords: Public TV; Editorial independence; Democratization of information; Mass communication; TV

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	pág. 10
CAPITULO 1 – SURGIMENTO DA TELEVISÃO NO BRASIL	pág.11
1.1 – Cronologia da televisão brasileira (1950-1990)	pág.11
1.2 – O chefe da televisão brasileira	pág.15
1.3 - Televisão e a Publicidade	pág.17
CAPÍTULO 2 – AS DIFERENTES ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DA TELEVISÃO BRASILEIRA	pág.19
2.1 - Elitista (1950 – 1964)	pág.19
2.2. Populista (1964 -1975)	pág.21
2.3 Desenvolvimento tecnológico (1975 – 1985)	pág.22
2.4 - Transição e Internacional (1985-1990)	pág.24
CAPITULO 3 – DIFERENTES TIPOS DE TELEVISÕES	pág.26
3.1- TV Comercial	pág.26
3.2 - TV Pública	pág.27
3.3 As Concessões	pág.28
CAPITULO 2 – CARACTERÍSTICAS DAS PROGRAMAÇÕES	pág.31
Tabela 2.1 - Tempo de Programação das Emissoras de 2012	pág.33
Tabela 2.2- Tempo de Programação das Emissoras – 2013	pág.34
Tabela 2.3 - Tempo de Programação das Emissoras – 2014	pág.35
Tabela 2.4 - Tempo de Programação das Emissoras – 2015	pág.36
CAPITULO 4 – TV PÚBLICA NO MUNDO	pág.38

CAPITULO 5 - TV PÚBLICA NO BRASIL	pág.40
5.1 - Perspectivas da mídia em outros países	pág.40
5.2 Criação da TV pública no Brasil	pág.41
CONCLUSÃO	pág.44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	pág.46

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como tema a democratização da informação por meio da TV Pública e como ponto de partida uma passagem do texto “O que é o poder local”:

[...] Faz parte de nossa cultura achar que alguém “em cima” vai resolver nossos problemas. No entanto, ao olharmos para países que se urbanizam antes de nós, constatamos que as pessoas não esperam, arregaçam as mangas e enfrentam a resolução de problemas elementares que a cercam. Estamos sem dúvida na era da globalização. Mas nem tudo é global: a qualidade de nossas escolas, das nossas ruas, a riqueza cultural da nossa cidade, o médico da família, boas infraestruturas de esporte e lazer, o urbanismo equilibrado – tudo isso depende eminentemente de iniciativas locais [...] (**DOWNBOR**, 2016).

Para que o cidadão possa empoderar-se de seus direitos e obrigações, para que seja ativo dentro do poder local, é necessário, entre outros aspectos, que se conscientize sobre sua cidade, seu bairro, sua rua e etc.

Em outras palavras, para que o cidadão pratique uma cidadania ativa também é necessário que as informações sejam democratizadas.

A partir desse princípio, o objetivo do presente artigo é apontar como a televisão pública, um meio de comunicação de massa, pode servir para a democratização das informações, de uma forma diferente dos padrões das televisões comerciais ou estatais.

Para tanto, será relatada um pouco da história da televisão, como ela se desenvolveu e de que maneira o Brasil chegou à regulamentação da TV Pública.

Também serão expostos gráficos de programação, mostrando os conteúdos que predominam nas redes de TV aberta. Desde o surgimento da televisão no Brasil, esse veículo de comunicação foi marcado pelo domínio econômico e político, e hoje, passados mais de 67 anos, esse processo ainda acontece.

CAPITULO 1 – SURGIMENTO DA TELEVISÃO NO BRASIL

1.1 Cronologia da televisão brasileira (1950-1990)

1950	Em 18 de setembro de foi inaugurada a TV-Tupi Difusora de São Paulo, a primeira emissora do Brasil.No dia 19 de setembro foi ao ar o primeiro telejornal brasileiro: "Imagens do Dia".
1951	Inaugurada a TV-Tupi do Rio de Janeiro. Início da fabricação de televisores "Invictus". Transmissão da primeira telenovela brasileira
1952	Inaugurada a TV Paulista e transmitida primeira edição do seu "Repórter Esso"
1953	A TV Record iniciou suas transmissões no dia 27 de setembro, em São Paulo. Foi a primeira emissora a ser inaugurada em prédio construído especificamente para televisão e não adaptado como as demais.
1954	A TV Record transmitiu o primeiro seriado de aventuras produzido no Brasil: "Capitão 7", estrelado por Ayres Campos e Idalina de Oliveira
1955	Inaugurada a TV Rio, Canal 13, da Guanabara. TV-Tupi Difusora de São Paulo realizou a primeira transmissão direta: um jogo de futebol realizado entre as equipes do Santos e do Palmeiras, na cidade de Santos, em São Paulo.
1956	No dia 22 de fevereiro foi realizada a primeira transmissão direta interestadual. Os paulistas assistiram a partida disputada entre Brasil e Inglaterra, realizada no Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro
1957	Foram iniciadas, em São Paulo, as transmissões sistemáticas para o interior do Estado. * Dez emissoras de televisão já estavam em operação no País.
1958	Foi inaugurada a TV Cultura, Canal 2, de São Paulo
1959	O ministro da Justiça, Armando Falcão, assinou a primeira legislação regulamentando a censura na televisão brasileira, proibindo a divulgação de qualquer declaração do deputado Tenório Cavalcanti sobre o caso Sacopã. * A AEG Telefunken lançou no País o seu primeiro televisor, em preto e branco, com 21 polegadas.
1960	No dia 7 de setembro foi inaugurada, por um grupo de empresários santistas, a TV-Excelsior. No dia 19 de novembro foi inaugurada em Salvador, a TV Itapoan. A TV Tupi usou, pela primeira vez, o videoteipe, numa adaptação de "Hamlet", de Shakespeare. Foi o primeiro teleteatro a usar o VT no Brasil. Foi transmitido pela TV Cultura de São Paulo o primeiro Telecurso brasileiro, visando preparar candidatos ao exame de admissão ao ginásio.
1961	Surge o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL)
1962	Decreto presidencial obrigou que todos os filmes transmitidos pela TV fossem dublados. A televisão já absorvia 24% dos investimentos publicitários do País. Foi promulgado o Código Brasileiro de Telecomunicações. Foram realizadas as primeiras experiências de televisão educativa no Rio de Janeiro, quando a TV Continental transmitiu aulas básicas do Curso de Madureza, simultaneamente com a TV-Tupi Difusora de São Paulo.
1963	Foi ao ar a primeira telenovela brasileira em capítulos diários: "25-499- Ocupado", produzida pela TV Excelsior. Foi regulamentada a programação ao vivo na televisão. O Decreto No. 52.795, de 31 de outubro, regulamentou os serviços de radiodifusão, fixando os objetivos do rádio e da televisão, considerados de interesse nacional. A televisão brasileira começou a transmitir os grandes shows musicais. Na Espanha, o Prêmio Ondas foi concedido ao programa jornalístico "Jornal de Vanguarda", apresentado inicialmente pela TV Excelsior, como o melhor telejornal do mundo.

1964	Decreto presidencial obrigou que todos os filmes transmitidos pela TV fossem dublados. A televisão já absorvia 24% dos investimentos publicitários do País. Promulgado o Código Brasileiro de Telecomunicações. Surgem as primeiras experiências de televisão educativa no Rio de Janeiro, quando a TV Continental transmitiu aulas básicas do Curso de Madureza, simultaneamente com a TV-Tupi Difusora de São Paulo.
1965	Inaugurada a TV Globo, no Rio de Janeiro. Distribuição nacional dos programas gravados em videotape e produzidos no Rio de São Paulo. A TV Excelsior realizou o primeiro Festival de Música Popular Brasileira. Ministério da Educação e Cultura – MEC, formalizou o pedido de reserva de 100 canais de televisão para fins educativos. Surge a Embratel.
1966	A TV Excelsior, de São Paulo, transmite a mais longa telenovela da história da televisão brasileira: "Redenção", com 596 capítulos. O controle acionário da TV Paulista, Canal 5, foi para Roberto Marinho (Organizações Globo). Através do Decreto No. 59.366, de 14 de outubro, foi instituído o Fundo de financiamento de Televisão Educativa.
1967	Foi criado o Ministério das Comunicações. Começam os estudos para a implantação de um sistema doméstico de comunicações por satélite, com a elaboração do Projeto SACI (Satélites Avançados de Comunicações Interdisciplinares), para fins de Teleducação. Surge a TV Bandeirantes, de propriedade de João Saad. O Decreto-Lei No. 236, de 28 de fevereiro, modificou o Código Brasileiro de Telecomunicações, estabelecendo o total de, no máximo 10 estações para cada grupo/entidade, limitando em 5 o número de emissoras em VHF.
1968	Foi criada a AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas, que passou a controlar a propaganda política do governo militar. No dia 4 de abril morre Assis Chateaubriand, o jornalista que trouxe a televisão para o País. Renovando a linguagem das telenovelas e introduzindo a figura do anti-herói, foi ao ar, no dia 4 de novembro, a telenovela "Beto Rockefeller", produzida pela TV Tupi. Esta novela ficou no ar por mais de um ano e é considerada como um marco da televisão brasileira. Foi inaugurada a rede nacional de microondas. A TV Globo inaugurou sua terceira emissora geradora, em Belo Horizonte.
1969	Um incêndio nas instalações da TV Globo de São Paulo levou a rede a centralizar suas produções no Rio de Janeiro. Os brasileiros assistiram ao vivo, transmissão via satélite, o homem pousando na lua. "Jornal Nacional", da Rede Globo foi ao ar pela primeira vez. Um incêndio destruiu todo o equipamento da TV Bandeirantes, que continuou transmitindo suas imagens dos seus caminhões de externa. A TV Cultura de São Paulo, que começou como emissora comercial vinculada ao Condomínio Acionário das Emissoras e Diários Associados, foi vendida à Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e Televisão Educativa. Uma mensagem do Papa Paulo VI, recebida via satélite, inaugurou o primeiro Centro de TV, em Tanguá, no Rio de Janeiro, que passou a ser responsável pela interligação das emissoras de televisão. No dia 15 de março foi inaugurada a TV Aratu, Canal 4, a Segunda emissora de televisão da Bahia.
1970	O censo demográfico nacional registrou que 27% das residências brasileiras já estavam equipadas com televisores. A TV Gazeta, de propriedade da Fundação Cásper Líbero, iniciou suas transmissões em São Paulo. A Copa do Mundo de 1970 foi transmitida ao vivo para todo o País. Governo federal cassou, definitivamente, a concessão do canal da TV Excelsior.
1971	O Ministério das Comunicações começou a considerar a utilização de satélites para telecomunicações domésticas. O Ministério das Comunicações regulamenta três minutos de intervalo comercial para cada 15 de programação. A TV Excelsior encerrou suas atividades. Trinta e um por cento das residências brasileiras já estavam equipadas com televisores. A Globo inaugura sua emissora do Recife. A Bandeirantes transmitiu os primeiros programas a cores da televisão brasileira.

1972	Primeira transmissão oficial a cores no País - a Festa da Uva, em Caxias do Sul. O Prontel (Programa Nacional de Telecomunicações) foi regulamentado. A Rede Globo inaugurou sua emissora de Brasília.
1973	A Rede Globo produziu sua primeira telenovela colorida: "O Bem-Amado", que foi veiculada no período de 24 de janeiro a 8 de outubro. Essa novela foi responsável pela consolidação do horário das 22 horas para este gênero de programa. O merchandising – a publicidade indireta de algum produto inserido no conteúdo do programa transmitido – foi introduzido na TV através da novela "Cavalo de Aço", da Rede Globo. O merchandising também é definido como a publicidade que é feita fora dos intervalos comerciais
1974	Começaram a operar as estações rastreadoras de satélites de Tanguá, Manaus e Cuiabá, com o objetivo de distribuir os sinais de televisão. A TV Tupi inicia a implantação das "programações nacionais", padronizando seus programas em todo o País. Tal medida foi adotada também pela Globo, em 1975, e, em seguida, por todas as demais redes.
1975	A censura federal proibiu a exibição da telenovela "Roque Santeiro", de Dias Gomes, que só foi veiculada pela Rede Globo 10 anos depois. Implantou-se no País o conceito de Rede de Televisão, devido ao sucesso da programação nacional. Foi fundada, através da Lei 6.301, a Radiobrás.
1976	O Brasil ocupa o quarto lugar entre os maiores usuários do Satélite Intelsat. Em janeiro, o Grupo Sílvio Santos ganhou a sua primeira concessão de um canal de TV, no Rio de Janeiro. A Rede Globo iniciou a exportação de seus programas, dublados em espanhol, para países da América Latina. O governo aprovou o projeto de um Sistema Brasileiro de Telecomunicações por Satélite (SBTS), mas foi sustado em maio de 1977, devido à situação econômica do país. Um incêndio destruiu parte das instalações da TV Globo, no Rio de Janeiro, descentralizando assim a programação da rede, que passou a ser produzida em outras cidades.
1977	Foram iniciados os estudos de meios alternativos para o atendimento das localidades que seriam servidas pelo SBTS. Como resultado, foi sugerido o aluguel de capacidade nos satélites do Intelsat. O governo baixou decreto regulamentando a propaganda gratuita oficial durante 10 minutos por dia. A TV Bandeirantes inaugurou no Rio de Janeiro a TV Guanabara e deu início à sua rede. Um acordo operacional entre Sílvio Santos e Paulo Machado de Carvalho permitiu que a TVS e a TV Record começassem a operar em conjunto.
1978	Uma pesquisa realizada em nível nacional, pela ABEPEC - Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais, sobre a televisão brasileira constatou que as telenovelas já ocupavam 12% do total da programação, enquanto os filmes ocupavam 22% do tempo total. Foi constatado também que, durante a primeira semana de março, 48% de toda a programação transmitida pela TV brasileira era importada. O total de aparelhos de televisão era de 14.825.000, de acordo com estimativas da ABINEE- Associação brasileira da Indústria Elétrica e eletrônica.
1979	O presidente Ernesto Geisel extinguiu o AI-5.A TVE do Rio de Janeiro, de propriedade da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, passou a integrar o Sistema Nacional de Televisão Educativa, coordenando as nove emissoras de televisão educativa existentes no País. A Globo começou a produzir e a transmitir as "Séries Brasileiras"
1980	O Governo cassou, no dia 14 de julho, por corrupção financeira e dívidas para com a Previdência Social, a concessão de todos os canais da Rede Tupi, pertencentes aos Diários Associados, distribuindo-os depois entre Sílvio Santos (SBT) e Adolfo Bloch (Manchete). Existem, no País, 106 emissoras comerciais e 12 estatais. A Rede Globo recebeu o Prêmio Salute, concedido pela "International Council of the National Academy of Television, Arts and Sciences, dos Estados Unidos, devido à qualidade dos programas por ela produzidos.

1981	A Rede Globo passou a investir no telejornalismo, lançando o "TV Mulher" e o "Bom Dia Brasil", lançado pouco tempo depois nos mesmos moldes do programa norteamericano "Good Morning America". Em agosto, a rede de emissoras de televisão de Sílvio Santos, a SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) iniciou suas transmissões.
1982	A Crítica italiana concedeu o Prêmio Asa de Ouro do Sucesso à telenovela "Dancin Days", produzida pela TV Globo e transmitida no Brasil no período de 10 de julho de 1978 a 26 de janeiro de 1979. Começou o "boom" do videocassete no País e a expansão da produção independente de vídeo. O programa especial "Morte e Vida Severina", produzido pela Rede Globo, ganhou o Prêmio Emmy, concedido pelo International Council of the National Academy of Arts and Sciences dos Estados Unidos. A TV Bandeirantes foi a primeira emissora a utilizar o satélite em suas transmissões, substituindo o sistema de microondas e barateando os seus custos. Foi criado o SINRED (Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa) vinculado ao Ministério da Educação e Cultura e ao Ministério das Comunicações. Surge a Produtora Independente de Vídeo da Editora Abril por meio da TV Gazeta, de São Paulo, que lhe reservou 15 horas semanais no horário nobre.
1983	A Rede Manchete iniciou suas transmissões com cinco emissoras próprias e uma afiliada, a TV Pampa, de Porto Alegre. A Sociedade de Radiodifusão Ebenezer ganhou a concessão do canal 13, TV Rio, que em 1975 teve seus transmissores lacrados pelo Dentel e sua concessão cassada por motivo de falência. O "Jornal Nacional", da Rede Globo, já era o programa de maior audiência da televisão brasileira.
1984	A televisão aderiu à campanha das eleições das "Diretas Já". Através da telenovela "Transas e Caretas", de Lauro César Muniz, a Globo popularizou o videogame ATARI por todo o País. No merchandising inserido na novela, se chegava ao requinte de ensinar o telespectador como usar o cartucho verdadeiro, evitando o "pirata" que danificaria o equipamento.
1985	A Globo começou a planejar sua expansão no exterior. O primeiro satélite brasileiro com 24 canais foi lançado em março de 1986. Em 1988, o País possuía 48 canais. No dia 15 de janeiro de 1985, a televisão brasileira transmitiu ao vivo a eleição indireta de Tancredo Neves, presidente, e José Sarney, vice-presidente. A Globo deixou de veicular o programa infantil "Sítio do Pica-pau Amarelo", levado ao ar no período de 7 de março de 1977 a 1985. Este programa foi considerado pela UNESCO como o melhor programa infantil do mundo. Foi inaugurada em Salvador/Bahia, a TV Bahia, Canal 11, inicialmente transmitindo a programação da Manchete e atualmente a da Globo.
1986	Um incêndio destruiu 90% dos equipamentos da TV Cultura. Foi inaugurada a TV Educativa da Bahia, vinculada à Fundação Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia
1987	As exportações dos programas da Rede Globo atingiram o total de US\$ 20 milhões. A Televisão atingiu uma audiência potencial de 90 milhões de telespectadores, equivalente a 63% da população brasileira. Existiam 31 milhões de aparelhos de tevê no País. Destes, 12,5 milhões eram de pares em cores.
1988	Existiam quase três milhões de aparelhos de videocassete no País. Em outubro foi promulgada a nova Constituição brasileira, modificando o sistema de concessões de canais de rádio e de televisão. Em 1o de junho, o canal 13 do Rio de Janeiro reiniciou suas transmissões baseada em programas evangélicos e jornalísticos.
1989	Mais de 64% das 34.860.700 residências do País já estavam equipadas com aparelhos televisores.

1990	<p>A Rede Manchete passou a produzir novelas e minisséries, investindo nas belas paisagens do interior do País e explorando a sensualidade do nu feminino. Com esta estratégia conseguiu tomar preciosos pontos da audiência das novelas da Globo. A novela "Pantanal" foi o marco desta nova fase das produções da Manchete. A televisão transmitiu, para todo o País, a posse do primeiro presidente civil, eleito pelo voto direto, depois do Golpe de 1964. Foi criado o Ministério da Infraestrutura, que entre outros órgãos absorveu o Ministério das Comunicações. O antigo Ministério foi transformado na Secretaria Nacional de Comunicações, composto por: Departamento Nacional de Administração de Frequência; Departamento Nacional de Serviços Públicos; Departamento Nacional de Serviços Privados, e Departamento Nacional de Fiscalização das Comunicações. O Departamento Nacional de Serviços Privados da Secretaria Nacional de Comunicações do Ministério da Infraestrutura estabeleceu procedimentos para a solicitação de instalações de estações dos serviços de Radiodifusão e Especiais de Televisão por assinatura e de Retransmissão de Televisão. Documento contendo nove mil assinaturas contra a "licenciosidade e violência na tevê" foi entregue ao Ministro da Justiça por representantes de um grupo que se autodenomina "O amanhã dos nossos filhos". Durante a abertura do seminário intitulado "A Problemática da Comunicação de Massa: Reflexões e Soluções", o Ministro da Justiça, Bernardo Cabral, posicionou-se contra o retorno da censura oficial à televisão, defendendo o ponto de vista de que cada veículo de comunicação deve estabelecer seus limites ao tratar de assuntos controvertidos. O ministro afirmou que não há nenhuma possibilidade de a televisão brasileira voltar a ser vítima da censura prévia. A televisão brasileira completou 40 anos, demonstrando ter atingido, com sua criatividade, uma maturidade capaz de competir, no exterior, ampliando as exportações de seus programas.</p>
------	--

Fonte: Tabela feita a partir dos dados apresentados na publicação "Um perfil da TV brasileira"-MATTOS,1990

1.2 O chefe da televisão brasileira

Desde quando a televisão chegou ao Brasil, em 1950, e o seu primeiro canal, a TV Tupi, foi fundada por Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, vulgo Chatô, esse meio de comunicação já era dominado comercialmente e politicamente. (MORAIS, 2011)

Dono de uma das maiores redes de comunicação que já existiu no Brasil, os Diários Associados, Assis Chateaubriand fez fortuna extorquindo empresários e com acordos políticos. A prática rendeu-lhe o apelido "Cidadão Kane" brasileiro, em referência ao filme de Orson Welles.

Para MORAIS, 2011, Assis Chateaubriand teve influência direta na maior parte das grandes decisões políticas da época, por ser dono de um império de veículos de

comunicação, o que lhe atribuía o poder de manipular a opinião pública, de acordo com seus interesses. Ele teve papel fundamental no golpe militar comandado por Getúlio. Sua influência sobre o governo era tamanha, que conseguiu, por exemplo, promover a alteração de uma lei que lhe garantiu a custódia de sua filha, bem como se elegeu Senador pelo Estado da Paraíba, em um ano que não deveria haver eleições.

Os repórteres de seus veículos de comunicação não publicavam nada sem o seu aval. Aos jornalistas que se insurgissem contra suas ordens, o empresário sugeria, de modo nada cortês, que se quisessem publicar suas opiniões, que construíssem seus próprios jornais.

Porém os que seguissem seus conselhos não teriam vida fácil. Com tamanha proximidade do Governo, ainda segundo MORAIS (2011), não era nada fácil fazer concorrência para alguém que nunca seguiu métodos ortodoxos, especialmente com seus concorrentes.

Para conquistar anunciantes para suas emissoras, Chateaubriand extorquia os empresários, depreciando os produtos que não constassem das grades de programação de seus veículos. Com o pagamento do preço sugerido, os impropérios eram substituídos pela valorização dos produtos, nos anúncios comerciais.

Certa vez, em uma de suas brigas com o dono da Votorantin, interrompeu a cena de uma novela que ia ao ar ao vivo naquela época e entrou no cenário, parou em frente à câmera e fez um longo e ríspido discurso contra a empresa e seu dono.

Chateaubriand descobria, assim, que publicidade e televisão eram, praticamente, uma coisa só.

1.3 Televisão e a Publicidade

Nessa época, a economia do país era basicamente agrícola e a população vivia predominantemente em áreas rurais. Os telespectadores, portanto, faziam parte de um público restrito, que tinha acesso aos aparelhos de televisão. (MATTOS,1990)

Nos dois primeiros anos de sua implantação, a televisão não passou de um brinquedo de luxo das elites do País. Isto se justifica pelo fato de que o preço de um televisor era três vezes maior que o da mais sofisticada radiola do mercado e quase igual ao de um carro (MATTOS, 1982).

Quando a televisão começou no Brasil, praticamente não existiam televisores. O total não passava de 200, mas visando popularizar o veículo, Chateaubriand mandou instalar alguns aparelhos em praça pública a fim de que as pessoas pudessem assistir aos programas transmitidos e assim popularizá-los. (MATTOS,1990)

Para RAMOS (2004, p.24), a publicidade foi a base da ampliação da televisão. Tal era a influência, nos anos 50, que as próprias agências publicitárias criavam e produziam os conteúdos que seriam exibidos pelas redes de televisão. O Brasil seguiu o exemplo dos Estados Unidos (EUA) para o desenvolvimento da televisão, tendo como financiamento da programação as inserções comerciais.

Já o modelo europeu era completamente diferente, até os anos 70, onde a emissoras eram estatais e não havia comerciais. (MATTOS,1990)

No entanto, as agências de publicidade e mesmo as emissoras de TV não tinham condições técnicas de produzir todo o conteúdo necessário para ocupar a grade de programação, o que impunha a necessidade de importar conteúdo de programas produzidos no exterior, majoritariamente, nos EUA.

De acordo com Mattos (1990), as influências do setor publicitário na televisão brasileira se deram, predominantemente, de duas formas: a importação de produções estrangeiras, sobretudo nos primeiros 20 anos de TV no Brasil, e a promoção de injunções comerciais, com os anunciantes moldando o conteúdo das produções nacionais aos padrões estrangeiros, mais alinhados à orientação de uma cultura de massa.

No início, a televisão não conseguia atingir a um grande público e, conseqüentemente, tinha dificuldades em atrair anunciantes. Com isso, as agências de publicidade estrangeiras, valendo-se de sua experiência com este veículo em seus países de origem, começaram a utilizar a televisão brasileira como veículo publicitário, passando a interferir, diretamente, no conteúdo de seus programas.

“O patrocinador decidia sobre tudo e à emissora restava a tarefa de ceder estúdios e equipamentos e pôr o programa no ar” (PRIOLLI, 1985).

O modelo brasileiro de televisão segue, portanto, o modelo do desenvolvimento dependente. Ela é dependente cultural, econômica, política e tecnologicamente (MATTOS, 1982).

Atendendo a esse modelo dependente economicamente, as redes de televisão passam a dar prioridade às demandas comerciais, tanto quando oferecem produtos para o consumo, ao fazer o chamado merchandising durante a programação, ou, por meio dos comerciais transmitidos durante os intervalos da programação. E quando a televisão passa a dar preferência ao comercial, os programas de cultura e educação passam a ficar em segundo ou terceiro plano.

Importante observar, neste aspecto, o desenvolvimento da televisão brasileira ao longo dos anos e analisar a relação interdependente, tanto com no que toca à publicidade, quanto no que diz respeito às mudanças políticas que ocorreram no período.

CAPÍTULO 2 – AS DIFERENTES ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DA TELEVISÃO BRASILEIRA

Como bem assevera Mattos (2002), a história da TV brasileira reflete as fases do desenvolvimento e as políticas oficiais adotadas e por isso este veículo não pode ser analisado como objeto independente do contexto no qual está inserido.

O governo, invariavelmente, aparece com frequência na literatura sobre a evolução dos meios de comunicação no Brasil, como alicerce econômico dos veículos de comunicação e, portanto, exercendo controle sobre eles, principalmente a televisão.

O desenvolvimento da Televisão segundo Mattos (1990) aponta que a Televisão brasileira passou por quatro fases de desenvolvimento, marcadas pela situação sócio econômica pela qual o país estava passando. São elas a fase elitista (1950-1964), a fase populista (1964- 1975), a fase do desenvolvimento tecnológico (1975-1985), e a fase da transição e da expansão internacional (1985-1990).

2.1 Elitista (1950 – 1964)

A fase elitista, a partir de 1950, quando a Televisão chega ao Brasil, se destaca por ser um período em que a economia brasileira era basicamente agrícola e a televisão, restrita aos que tinham condições financeiras de adquirir um aparelho televisor.

Como dito anteriormente, o mercado da televisão de caracterizava pela ausência de insumos que possibilitassem à população ter acesso àquele meio de comunicação. Havia sido desenvolvido um novo *software*. Mas havia no mercado, uma escassez de *hardwares*.

O total de aparelhos televisores, no Brasil, não passava de 200. Havia, portanto, uma necessidade premente de popularizar o veículo, o que levou Chateaubriand a instalar alguns aparelhos em praça pública, para que as pessoas pudessem assistir aos programas transmitidos.

O nível técnico da TV nacional era muito precário e com muita improvisação.

Como dito anteriormente, as agências publicitárias estrangeiras tiveram um papel preponderante no desenvolvimento do veículo.

Tais agências logo começaram a utilizar a televisão brasileira como veículo publicitário, passando a determinar, também, o conteúdo de seus programas, além de contratar diretamente os artistas e produtores.

Durante as duas primeiras décadas da televisão brasileira, muitos programas eram identificados pelos nomes dos patrocinadores. Naquele período, os telejornais tinham denominações como "Telenotícias Panair", "Repórter Esso", "Telejornal Bendix", "Reportagem Ducal", ou "Telejornal Pirelli". Outros programas também tinham nome do patrocinador: "Gincana Kibon", "Sabatina Maizena" e "Teatrinho Trol". (MATTOS, 1990)

Pode-se dizer, portanto, que o período elitista foi marcado, preponderantemente, pela interferência direta de produtores estrangeiros e pelo acesso restrito à televisão, como meio de comunicação de massa.

Com o advento do regime militar e a necessidade de nacionalização do discurso governamental, a Televisão passou por grandes transformações, como veremos a seguir.

2.2 Populista (1964 -1975)

Com a tomada do poder pelos militares, em 1964, tem início a fase populista. O Estado passa a controlar os meios de comunicação de massa, principalmente a Televisão.

Foi durante o regime militar de 64 que foi adotado um modelo de desenvolvimento econômico, no qual o Estado emergia como a grande força propulsora existente por trás do crescimento da indústria cultural (AMORIM, 1979; MATTOS, 1982a; MATTOS, 1985).

O Governo atuou de várias formas para aquecer o desenvolvimento dos meios de Comunicação, durante no período da ditadura militar no Brasil (1964-1985).

Foram tomadas medidas que tinham por objetivo fornecer a infraestrutura necessária para fazer chegar às grandes cidades, não somente, os produtos dos anunciantes, mas os feitos do regime militar.

Para tanto, era imprescindível industrializar os grandes centros urbanos com a finalidade de aumentar os índices de audiência dos veículos de comunicação e, em consequência, aumentar o faturamento da mídia com propagandas dessas indústrias.

A construção de novas rodovias, aeroportos, modernização dos serviços de correios e telégrafos e dos sistemas de telecomunicações também fizeram parte do plano de desenvolvimento do Sistema Nacional de Transporte e Comunicações adotado pelo Regime Militar.

Em 1965, nasce a TV Globo, apontada pela literatura como incentivadora e apoiadora do Golpe Militar de 1964.

A ascensão da emissora é meteórica, mas a mancha por seu envolvimento com a ditadura militar permaneceu por muito tempo. Décadas depois, a própria TV Globo assumiria esse envolvimento, com um pedido público de desculpas.

Na avaliação da historiadora e diretora do Arquivo Geral do Rio de Janeiro, Beatriz Kushnir (2015), o Regime Militar no Brasil durou tanto tempo porque os militares contavam com o apoio da TV Globo disseminando a ideia de como a ditadura era essencial ao povo brasileiro: “o apoio da Rede Globo foi um dos pilares para a ditadura ter durado tanto tempo, servindo de aparelho ideológico do regime”.

O período populista é marcado, portanto, pelo desenvolvimento da infraestrutura necessária à nacionalização da televisão como meio de comunicação de massa, bem como pela cooptação e pelo aparelhamento dos meios de comunicação, como vetores de propaganda oficial e mantenedores da ordem estabelecida.

2.3 Desenvolvimento tecnológico (1975 – 1985)

A terceira fase de desenvolvimento da televisão (1975-1985) é marcada pelo crescimento tecnológico brasileiro, quando as improvisações nas programações dos anos 50 começam a dar lugar para uma Televisão cada vez mais profissional.

Nessa fase, as empresas de televisão começam a se tornar mais independentes da interferência estrangeira começando a ter programação nacional em sua grade de programação. Também os padrões de administração e financeiros das empresas se tornam mais consistentes.

Com essa nova realidade a TV Globo, que antes dependia da parceria com a empresa norte americana Time\Life, passa a ser líder de audiência, com a programação

direcionada para a grande massa da população e com a produção e veiculação próprias de novelas. Também foi nessa época que surgiram os programas de auditório e festivais de música.

O fato de poder retransmitir seus programas através de microondas para várias cidades contribuiu para sua consolidação em termos nacionais. Segundo Artur da Távola (1985). Nessa época o Governo passa a se preocupar com o conteúdo veiculado nas programações de TV. Afinal o censo de 1970 apontava que o número de aparelhos de televisão chegou a quatro milhões de lares, atingindo, aproximadamente, a 25 milhões de telespectadores. Mostrando a força da televisão como veículo de comunicação de massa.

O Governo exige cada vez mais que as redes de televisão apresentem programas de conteúdo cultural e nacional, e, por meio de incentivos fiscais estatais, passa a apoiar as mesmas na produção. Tal apoio foi financiado por bancos oficiais, isenções fiscais, coproduções de órgãos oficiais (TV Educativa e Embrafilme, entre outros) com emissoras comerciais, além da concentração da publicidade oficial em algumas empresas de telerrádiodifusão (MATTOS, 1982).

Também como resultado das orientações governamentais, iniciadas no governo Médici e continuadas no de Geisel, delineou-se o que seria a terceira fase de desenvolvimento da TV: as grandes redes, principalmente a Rede Globo, começaram a exportar os programas que produziam.

O fim desta etapa coincide com a campanha política pelas eleições diretas, realizadas em 1984, e posterior eleição de Tancredo Neves, presidente, e José Sarney, vice-presidente, por via indireta. A transição política iniciada no governo Geisel chega ao seu final. Inicia-se, aí, a quarta fase do desenvolvimento da televisão. (MATTOS,1990)

2.4 - Transição e Internacional (1985-1990)

Com o início da Nova República, José Sarney (1985 – 1989), o governo continua estabelecendo seus ideais para a população por meio da televisão e a TV Globo serviu aos seus propósitos da mesma forma como servira ao governo militar.

Uma mudança significativa que marcou a televisão brasileira nessa fase foi a promulgação da Constituição de 1988, que, em seu Capítulo V, traz texto específico sobre "Comunicação Social", modificando o sistema de concessões de canais de rádio e de televisão. De acordo com a nova constituição, fica proibida a formação de monopólio/oligopólio nos meios de comunicação social. Também são estabelecidas novas normas para a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão.

De acordo com o texto constitucional, as emissoras devem atender aos seguintes princípios: promover programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, procurando estimular a produção independente, visando à promoção da cultura nacional e regional. Mas, apesar dessa nova regulação, a maioria das concessões já tinham sido dadas para políticos como moeda de troca. (MATTOS,1990)

Outra marca forte dessa fase foi uma maior competitividade entre as grandes redes de televisão e um contínuo avanço em direção ao mercado internacional, com a exportação de programas nacionais e diminuição de produções estrangeiras na grade de programação.

A edição da revista Business Week, de 16 de dezembro de 1986, revela que em 1984 a TV Globo obteve lucros operacionais de US\$ 120 milhões sobre uma renda de US\$ 500 milhões. (MATTOS,1990)

Nesse período, a hegemonia da Rede Globo se consolida e seu poder de influência sobre os rumos da sociedade brasileira chega ao ápice com a edição tendenciosa do debate havido entre os então candidatos à Presidência, no Jornal Nacional, programa de maior audiência do País, de modo a interferir no resultado das primeiras eleições diretas, depois do período militar.

Na década de 90, o episódio é denunciado em um documentário produzido pela emissora BBC, de Londres, em o presidente das Organizações Globo de Televisão, Roberto Marinho, é rotulado como o “Novo Cidadão Kane”¹.

Chateaubriand havia, enfim, encontrado um sucessor à altura.

¹ In <https://www.youtube.com/watch?v=049U7TjOjSA>

CAPITULO 3 – DIFERENTES TIPOS DE TELEVISÕES

No artigo de Jorge da Cunha Lima, intitulado “**TV estatal não é TV pública**”, o autor lembra que, apesar da constante confusão, TV pública não é TV estatal. Segundo o autor, esta última se presta, apenas, a divulgar as ações de Estado, cumprindo o papel, fundamental na democracia, de *accountability*, ou seja, de prestação de contas. A TV pública, por sua vez, tem como preocupação trazer em sua grade de programação conteúdos que levem ao telespectador a uma análise crítica.

(...) TV pública, portanto, não se confunde com TV estatal nem com TV comercial privada. Está equidistante do poder e do mercado. Programação, linguagem e objetivos diferem significativamente dos da comercial e da estatal. Comum a todas elas, apenas os princípios da Constituição: os valores éticos e sociais da família, a regionalização da produção cultural, artística e jornalística e o estímulo à produção independente (...) CUNHA, 2007

De acordo com o portal da ABI- Associação Brasileira de Imprensa, o último levantamento do Ministério das Comunicações, publicado em 2015, com as informações disponíveis sobre emissoras educativas, comerciais e comunitárias em todo o país mostra que, em todo o Brasil, existem 9.973 licenciados para os serviços de radiodifusão nas áreas educativa e comercial.

3.1- TV Comercial

A TV brasileira chamada de comercial surgiu, na década de 50, baseada em um modelo de desenvolvimento formado a partir de um oligopólio bilateral, padrão que combina

produção própria das emissoras (Brasil) com compra de filmes e seriados de produtores independentes de cinema e grandes companhias de Hollywood (EUA), a fim de preencher a grade televisiva. (RAMOS,2004)

Já na década seguinte, os conteúdos publicitários passam a ser transmitidos nos intervalos dos programas, surgindo então os espaços comerciais, que passam a ser negociados pelas emissoras e não mais o conteúdo da programação, intensificando sua lógica econômica.

3.2 - TV Pública

A TV pública surgiu em 1968, “quando a televisão já havia se consolidado como o mais importante instrumento da indústria cultural brasileira” (LEAL FILHO, 2000, p. 158)

O produto da televisão pública é a programação, voltada para a formação crítica do telespectador.

O produto da televisão comercial é a audiência, baseada no entretenimento. Na TV estatal, o produto é a divulgação de ações e atos do Poder Executivo.

De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, os diferentes tipos de televisões devem ser complementares.

Partindo desse princípio, as linhas editoriais são bem diferentes entre os veículos comerciais, estatais e públicos. A Constituição passa a ser o único elo em comum no que se refere aos seus princípios: garantir os valores éticos, a cultura local e o jornalismo independente.

TV pública, portanto, não se confunde com TV estatal, nem com TV comercial e muito menos privada. Todas devem (pelo menos deveriam) estar em paralelo do poder e do mercado.

De acordo com uma análise do observatório do direito a Comunicação, publicada em 27 de agosto de 2008:

(...) A isenção de uma TV pública é o alicerce fundamental que a deveria manter, isonomia política (imagine se um partido tivesse o seu próprio programa em detrimento de outros), absoluta independência na sua linha editorial e a isenção religiosa também, fazem parte de suas cláusulas pétreas, a famosa separação Igreja-Estado. Essa preferência duradoura por uma seita (religião) faz pairar dúvidas sobre a independência da TV Cultura. Assim como seria difícil abrir espaço para todos os partidos políticos com programas regulares, porque são muitos e essa aproximação é perigosa, por isso devem e são submetidas a uma regulamentação prevista na lei. A um número interminável de religiões e outras mais surgindo (sem pagar imposto) que poderiam reivindicar o seu espaço, e mesmo que houvesse lugar para todas e o canal se tornasse mais uma concessão para "Deus", seria outra aproximação perigosa (...).

Deputados do campo democrático articularam pela criação da TV Pública na Constituinte de 1988, aprovando o artigo 223, que prevê a complementaridade entre os sistemas estatais, público e privado.

Visando garantir efetividade a essa medida, o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva propôs a criação da EBC- Empresa Brasil de Comunicação, transferindo à empresa a gestão dos quatro canais federais que hoje compõem a TV Brasil, cujas transmissões, com programação unificada, tiveram início em 2 de dezembro de 2007.

3.3 As Concessões

As concessões de TV, apesar de serem públicas, sempre foram usadas em negociações entre o governo e políticos, prática conhecida como “coronelismo eletrônico”.

Além da concentração, a mídia brasileira também é marcada por estreitos laços com a política. Há muitos anos, as concessões de rádio e TV são usadas como moedas de barganha política, para compra de apoio dos parlamentares em medidas que são de interesse aos governantes.

O Decreto-lei 236/67 além de impor o caráter restritivo, eximiu as outorgas de TVs educativas da necessidade de publicação em edital, como previa o Código Brasileiro de Telecomunicações. (TORRES, 2009)

O sistema brasileiro de radiodifusão é considerado um serviço público, pois as empresas que o integram sempre estiveram sob o controle governamental, uma vez que o Estado sempre foi o responsável pela concessão ou cassação de licenças e permissões para uso de frequências de rádio ou televisão.

O processo de concessão da televisão brasileira, historicamente, sempre contou com forte influência e favoritismo político. A proliferação de estações de TV teve início ainda na década de 50, sobretudo durante a administração de Juscelino Kubitschek, e prolongou-se até a gestão Sarney.

A Constituição de 1988 estabelece princípios, normas e critérios que devem nortear as concessões, visando à eliminação do caráter casuístico que prevaleceu até então.

Tais princípios, no entanto, nem sempre foram observados.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foram autorizadas 357 concessões de TVs educativas sem licitação, parte considerável durante o período em que Pimenta da Veiga (PSDB-MG) ocupou o Ministério das Comunicações. Das concessões que este distribuiu, perto de 100, pelo menos, 23 foram para políticos, a maioria de Minas Gerais (FOLHA DE SÃO PAULO, ELVIRA LOBATO, 2002²).

² In <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2508200202.htm>, extraído em 16/01/2017.

No Governo Lula, durante três anos e meio de seu primeiro mandato, foram aprovadas 110 emissoras educativas – 29 televisões e 81 rádios –, sendo pelo menos sete concessões de televisão e 27 de rádio para fundações ligadas a políticos. Diante desse quadro, podemos presumir que parte significativa dessas emissoras está a serviço de interesses particulares e distantes de sua finalidade educacional. (FOLHA DE SÃO PAULO, ELVIRA LOBATO, 2006).³

Quando comprovamos que a mídia brasileira é dominada por grandes oligopólios econômicos e desempenha um enorme poder sobre a sociedade, inclusive na eleição de seus governantes, pensamos na necessidade de estabelecer um marco regulatório que garanta a sua democratização.

Apesar de, nas últimas décadas, a produção brasileira ter predominado na grade de programação das TVs (Comerciais, Educativas e Públicas), o caráter público das concessões de TV está longe de atingir seu objetivo, quando verificada a prevalência do espírito meramente comercial que caracteriza essas produções. As evoluções dessas grades de programação podem ser visualizadas em alguns informativos da Ancine – Agência Nacional do Cinema, a seguir.

³ In <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1806200602.htm>, extraído em 16/01/2017.

CAPITULO 2 – CARACTERÍSTICAS DAS PROGRAMAÇÕES

No portal da Ancine- Agência Nacional do Cinema, anualmente é publicado o Informe de Acompanhamento de Mercado de TV Aberta, com dados consolidados das grades de programação das redes de TV do ano anterior. Com base nas análises desses dados é possível acompanhar as evoluções de produções nacionais e quais os conteúdos que são mais veiculados por cada emissora.

De acordo com o Informe de Acompanhamento de Mercado de TV Aberta, publicado pelo Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA), da Ancine, no final de junho de 2013, 78,9% do tempo de programação de dez emissoras do Brasil era de obras brasileiras, na média.

O percentual de horas dedicadas à programação estrangeira é de 14,66%. A diferença (6,43%) se deve ao conteúdo “indefinido” – programas compostos por diversas pequenas obras, podendo ser brasileiras ou estrangeiras, ainda que ancoradas por apresentador brasileiro.

Segundo esse mesmo estudo, que monitorou as grades de programação das emissoras – Bandeirantes, CNT, Globo, MTV Brasil, Record, Rede TV!, SBT, TV Brasil, TV Cultura e TV Gazeta – O SBT era a rede que contava com menos conteúdo nacional (51,07%), seguido da TV Cultura (52,58%), uma TV pública e educativa, diga-se de passagem.

O gênero que mais ocupou as grades de programação em 2012 foi o religioso, responsável por 13,55% do tempo médio das grades, com destaque para a Rede TV! (38,08% do tempo dedicado ao gênero religioso), Rede CNT (36,67%), e Record (23,33%).

Na sequência, vêm os gêneros variedades, com 10,45% do tempo médio, e telejornalismo, ocupando 10,43% do tempo médio das grades.

Tabela 2.1 - Tempo de Programação das Emissoras de TV Aberta por**Origem – 2012**

Emissoras	Horas e Percentual de Tempo Veiculado						Total
	Brasileira	%	Estrangeira	%	Indefinido	%	
BAND	6902:35:00	78,58%	1557:05:00	17,73%	324:20:00	3,69%	
MTV Brasil	6691:50:00	76,18%	562:20:00	6,40%	1529:50:00	17,42%	
Rede CNT	8070:30:00	94,65%	456:00:00	5,35%	-	-	
Rede Globo	6652:56:00	76,18%	1764:34:00	20,20%	316:05:00	3,62%	
Rede Record	7313:35:00	83,26%	1208:30:00	13,76%	261:55:00	2,98%	
Rede TV!	8067:22:00	91,84%	457:43:00	5,21%	258:55:00	2,95%	
SBT	4484:05:00	51,07%	2911:30:00	33,16%	1385:10:00	15,78%	
TV Brasil	7106:55:00	80,91%	1521:05:00	17,32%	156:00:00	1,78%	
TV Cultura	3868:08:00	52,58%	2183:11:00	29,68%	1305:31:00	17,75%	
TV Gazeta	8784:00:00	100,00%	-	-	-	-	
Total	67941:56:00	78,91%	12621:58:00	14,66%	5537:46:00	6,43%	

Tabela de Informe de Acompanhamento de Mercado de TV Aberta, publicado em 2013.

Já em 2013, o que predominou na programação de TV Aberta foi a categoria de Entretenimento, presente em 56,2% do tempo da grade de programação veiculada, seguida das categorias “Outros” (16,4%) e “Informação” (16,0%).

O conteúdo Publicidade marcou 7,4% do tempo de programação, seguido da Educação, com 3,9%. Entende-se por Publicidade os gêneros televentas, político, sorteio e programas de chamadas quando houve destinação de tempo nas grades de programação.

Com 3,9% do tempo total da programação, somadas todas as emissoras monitoradas, a categoria Educação em 2012, registrou índices de menos de 1,0% em quatro emissoras.

A TV BRASIL é a que melhor representou a Educação, com 14,5% da programação, seguida da TV Cultura, com 9,6% e a Globo com 8,5%. A CNT, embora com apenas 3,5% de exibição na categoria, quase quadriplicou o percentual em relação ao ano de 2012.

A programação de TV Aberta destinou mais da metade do tempo de programação à categoria Entretenimento, que mesmo com leve queda percentual, em relação ao ano anterior, representava a categoria mais significativa em tempo de programação no ano.

Apesar disso, o gênero mais exibido foi o Religioso, que faz parte da categoria “Outros”. Sobre este dado, vale lembrar que as concessões de TV são públicas e, de acordo com a Constituição Federal, o Estado brasileiro é laico.

Confira na tabela a seguir:

• **2.2- Tempo de Programação das Emissoras de TV Aberta por Origem do Conteúdo – 2013**

Emissoras	Horas e Percentual de Tempo Veiculado						
	Brasileira	%	Estrangeir a	%	Indefinido	%	Total
TV Gazeta	8760:00:00	100,0%	-	-	-	-	8760:00:00
Rede TV!	8283:20:00	94,6%	336:25:00	3,8%	140:15:00	1,6%	8760:00:00
CNT	8228:10:00	97,9%	180:15:00	2,1%	-	-	8408:25:00
Record	7729:30:00	88,2%	769:30:00	8,8%	261:00:00	3,0%	8760:00:00
Globo	6788:51:00	77,8%	1810:35:00	20,7%	130:55:00	1,5%	8730:21:00
BAND	6661:03:00	76,0%	2098:57:00	24,0%	-	-	8760:00:00
TV Brasil	6361:45:00	72,6%	1746:00:00	19,9%	652:15:00	7,4%	8760:00:00
TV Cultura	4307:32:00	54,5%	1925:48:00	24,4%	1663:55:00	21,1%	7897:15:00
SBT	4265:29:00	48,8%	3337:56:00	38,2%	1140:35:00	13,0%	8744:00:00
MTV Brasil	3079:30:00	47,0%	1696:15:00	25,9%	1776:15:00	27,1%	6552:00:00
Total	64465:10:0 0	76,6%	13901:41:0 0	16,5%	5765:10:0 0	6,9%	84132:01:0 0

Tabela de Informe de Acompanhamento de Mercado de TV Aberta, publicado em 2014

As obras veiculadas na TV Aberta eram de origem majoritariamente brasileira, considerando obras brasileiras, programas produzidos localmente, independentemente da origem brasileira ou estrangeira do formato. O tempo de programação de obras brasileiras nos canais monitorados compreende 82,8% do total da programação em 2014.

2.3 - Tempo de Programação das Emissoras por Origem do Conteúdo - 2014

Emissoras	Horas e Percentual de Tempo Veiculado						
	Brasileira	%	Estrangeira	%	Indefinido	%	Total
TV Gazeta	8760:00:00	100,0 %	-	-	-	-	8760:00:00
Rede TV!	8554:25:00	97,7%	202:20:00	2,3%	3:15:00	0,0%	8760:00:00
Rede CNT	8517:35:00	98,9%	95:25:00	1,1%	1:00:00	0,0%	8614:00:00
Rede Record	7846:35:00	89,6%	836:35:00	9,6%	72:05:00	0,8%	8755:15:00
BAND	7053:10:00	80,5%	1688:05:00	19,3%	18:45:00	0,2%	8760:00:00
TV Cultura	6796:20:00	77,7%	1951:40:00	22,3%	-	-	8748:00:00
Rede Globo	6691:02:00	76,5%	1897:33:00	21,7%	159:10:00	1,8%	8747:45:00
TV Brasil	6225:52:00	71,1%	1249:03:00	14,3%	1280:05:00	14,6 %	8755:00:00
SBT	4711:25:00	53,8%	2939:35:00	33,6%	1109:00:00	12,7 %	8760:00:00
Total	65156:24:0 0	82,8%	10860:16:0 0	13,8 %	2643:20:0 0	3,4%	78660:00:0 0

Tabela de Informe de Acompanhamento de Mercado de TV Aberta, publicado em 2015.

Em 2016, a Ancine divulgou o Informe de Acompanhamento do Mercado de TV Aberta, realizado pela Superintendência de Análise de Mercado (SAM) da Agência, que apresenta o resultado do monitoramento da programação das redes de televisão: Band, CNT, Globo, Record, RedeTV!, SBT, TV Brasil, TV Cultura e TV Gazeta no ano de 2015.

2.4 - Tempo de Programação das Emissoras de TV Aberta por Origem do Conteúdo (2015)

Emissoras	Horas e Percentual de Tempo Veiculado						
	Brasileira	%	Estrangeira	%	Indefinido	%	Total
TV Gazeta	8760:00:00	100,0%	-	-	-	-	8760:00:00
CNT	8697:40:00	99,3%	62:20:00	0,7%	-	-	8760:00:00
Rede Tv	8610:45:00	98,3%	103:15:00	1,2%	46:00:00	0,5%	8760:00:00
Rede Record	7980:45:00	91,1%	776:25:00	8,9%	2:50:00	0,0%	8760:00:00
BAND	6984:40:00	79,7%	1701:10:00	19,4%	74:10:00	0,8%	8760:00:00
TV Brasil	6908:06:00	78,9%	1773:00:00	20,2%	78:54:00	0,9%	8760:00:00
Rede Globo	6665:02:00	76,2%	1988:17:00	22,7%	91:50:00	1,1%	8745:09:00
TV Cultura	6571:55:00	75,2%	2171:05:00	24,8%	-	-	8743:00:00
SBT	4475:20:00	51,1%	2615:50:00	29,9%	1666:20:00	19,0%	8757:30:00
Total	65654:13:00	83,3%	11191:22:00	14,2%	1960:04:00	2,5%	78805:39:00
	0		0		0		0

Tabela de Informe de Acompanhamento de Mercado de TV Aberta, publicado em 2016

De acordo com o levantamento, assim como no ano anterior, a maioria das obras veiculadas na TV Aberta em 2015 foram de origem brasileira. Elas representaram 83,3% do total da programação nos canais monitorados. Das emissoras analisadas, a TV Gazeta foi a única que não programou obras estrangeiras.

Entre os tipos de programas exibidos na TV brasileira, a categoria Entretenimento lidera a programação, com 49,3% do tempo total dos canais.

Já a categoria Educação é a que menos ocupa tempo na grade de programação das emissoras, sendo mais bem representada na TV Brasil, com 10,8%, e na TV Cultura, com 9,6%.

Por outro lado, mantém-se um aumento progressivo na destinação de tempo à categoria Informação (20,6%) — que figurou com 15,1% em 2012, 16% em 2013 e 19,3% em 2014.

A partir da análise da programação das nove emissoras, identificou-se a prevalência dos programas religiosos, com 21,1%, no total de horas de programação.

Em segundo lugar, vêm os telejornais, com 14,6% de ocupação. E, em terceiro lugar, as séries, gênero da categoria Entretenimento, ocupando 11,6% da programação.

CAPITULO 4 – TV PÚBLICA NO MUNDO

Enquanto no Brasil a TV nasceu comercial, na Europa ela nasceu pública, por iniciativa do Estado, com gerenciamento do Governo. Porém, foi em um período de pós-guerra e de forte democratização, participação popular e com a cidadania ativa.

Com esse cenário foi estabelecido o controle público, a participação da sociedade na gestão das emissoras e a criação de conselhos de representantes que deram origem às televisões públicas, como a BBC inglesa, a TVE espanhola, a France Télévision, a RAI italiana, a RTP de Portugal, a ARD e a ZDF, alemãs, entre outras. Nos Estados Unidos temos a PBS e no Canadá a CBC.

O formato da TV pública estrangeira foge dos padrões da TV comercial, que tem sua grade de programação baseada na publicidade. Essas TVs públicas oferecem uma grade de programação diferenciada na área, científica e informativa.

Esse diferencial é possível pela forma de financiamento e gestão independentes, como é possível constatar em suas estruturas apresentadas a seguir.

Segundo Nazareno (2007), a BBC, empresa inglesa, é dirigida por uma diretoria executiva, nomeada por um conselho composto por 12 pessoas representativas da sociedade. Formalmente o conselho é nomeado pela rainha, mas, na prática, os nomes são indicados pelo primeiro-ministro. Os conselheiros são personalidades independentes, sem vínculos com organizações políticas e com a TV comercial. O modelo de financiamento garante total autonomia à BBC. Cada cidadão inglês paga uma taxa anual de contribuição para a manutenção do sistema público de TV.

Na França a France Television tem o Conselho Superior do Audiovisual, formado pela Presidência da República, Assembleia Nacional e Senado, que nomeia o presidente do Conselho de Administração, que, por sua vez, indica os diretores gerais das 4 TVs do sistema

France Television. O Conselho de Administração é formado por 14 membros: 4 parlamentares, 5 do Poder Executivo e 5 pelo Conselho do Audiovisual. Os conselheiros têm mandato de cinco anos. Cerca de 70% dos custos são bancados por verbas orçamentárias. O resto vem de patrocínios, prestação de serviços e anúncios institucionais, de acordo com Nazareno (2007)

As alemãs ARD e a ZDF integram 16 emissoras públicas estaduais de 12 estados e ambas são dirigidas por dois conselhos: o de Radiodifusão e o de Administração. O conselho de Radiodifusão da ZDF é formado por 77 membros indicados pelo governo federal, governos regionais, partidos e organizações diversas. As verbas federais bancam 75% dos custos e são complementados por receitas próprias. (NAZARENO,2007)

Para No Canadá, a CBC é dirigida por um Conselho Curador de 12 integrantes, responsável por todas atividades da corporação. O Governador-Geral indica os integrantes do conselho, sendo vedado pessoas relacionadas à área de radiodifusão. Tal como a BBC, conta com uma contribuição dos cidadãos para o financiamento da rede, ainda de acordo com Nazareno (2007).

Nos EUA a PBS é uma federação de emissoras públicas e independentes. A direção executiva tem 11 membros e é presidida por um dos membros do Conselho Diretor, que por sua vez é composto por 27 representantes das 350 emissoras associadas. O Congresso destina verbas importantes para seu financiamento.

A RTP portuguesa e a TVE espanhola, “La Primera”, foram muitos anos as únicas televisões de seus países. Têm modelo público de gestão, com conselhos de representantes atuantes e financiamento misto: basicamente estatal, complementado por receitas próprias.

Na Argentina, a RTA SE é uma estatal, supervisionada pela Secretaría de Comunicación Pública.

CAPITULO 5 - TV PÚBLICA NO BRASIL

Nos últimos anos, pouco se acrescentou em relação às políticas de democratização das comunicações. Desde 1997, a revisão jurídica da área com o objetivo de regulamentar, técnica e economicamente, nunca saiu do papel.

De acordo com o programa “Caminhos da Reportagem”, veiculado em 12 de maio de 2016, na TV Brasil:

Desde os anos 1980, movimentos sociais e pesquisadores defendem a democratização da mídia no Brasil.

Isso significa basicamente reconhecer a comunicação como um direito de todas as pessoas e criar regras para garantir que diferentes grupos, interesses, cores, ideologias e vozes tenham espaço no sistema midiático.

Esse desafio passa pela regulamentação dos artigos da Constituição que tratam da comunicação. Um deles proíbe os monopólios e oligopólios no setor.

Na opinião dos representantes dos meios de comunicação privados, a regulação da mídia pode significar um risco para a liberdade de expressão. Os empresários acreditam que quanto menos regulação houver, é melhor.

5.1 - Perspectivas da mídia em outros países

A maior parte das democracias do mundo tem sistemas de regulação da mídia. Nos Estados Unidos, a liberdade de expressão, que é protegida pela primeira emenda da Constituição, convive com a agência reguladora da mídia desde 1934.

Lá, quem é dono de um jornal não poder ter concessão de rádio ou televisão na mesma cidade.

Na Argentina, o tema da comunicação está na ordem do dia. O presidente Mauricio Macri, que assumiu o poder em dezembro de 2015, está mudando a Lei de Meios, aprovada durante o governo de Cristina Kirchner.

A lei previa medidas para evitar a concentração e virou motivo de uma queda de braços entre a ex-presidente e o grupo Clarin, o mais poderoso conglomerado de mídia do país

5.2 Criação da TV pública no Brasil

A EBC - Empresa Brasil de Comunicação, mais conhecida pela sigla EBC, é uma empresa pública que possui um conglomerado de mídia no Brasil.

Foi criada em 2007 para gerir as emissoras de rádio e televisão públicas federais. A Empresa é a consolidação de uma política prevista pela Constituição, que estabelece a complementaridade entre o sistema estatal, público e privado de radiodifusão, e foi criada pela Lei 11.652/2008, com amplo debate e aprovação pelo Congresso Nacional.

Foi a partir dessa Lei que ficaram estabelecidos os princípios e objetivos de radiodifusão pública e a (EBC) foi fundada, gestora da TV Brasil.

De acordo com o portal da EBC, a TV Brasil é o resultado de uma antiga demanda da sociedade brasileira por uma televisão pública nacional, independente e democrática. Sua finalidade é complementar e ampliar a oferta de conteúdos, oferecendo uma programação de natureza informativa, cultural, artística, científica e formadora da cidadania.

Criada em dezembro de 2007, a TV Brasil é gerida pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), também responsável pela Agência Brasil, Radioagência Nacional, TV Brasil Internacional, Rádios MEC AM e FM, além das Rádios Nacional do Rio de Janeiro, Nacional AM e FM de Brasília, Nacional da Amazônia e Nacional do Alto Solimões.

O artigo 21 da Constituição Nacional classifica como uma das competências da União “os serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens e demais serviços de telecomunicações” (BRASIL, 1988, p.9) e o artigo 22 determina ao governo federal legislar sobre esses serviços.

Cabe também à União, “outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal” (BRASIL, 1988, p.36), como determina o artigo 223.

O capítulo da Comunicação Social da nova Constituição brasileira determina normas à concessão de canais de rádio e televisão.

A partir de sua promulgação o ato de outorga ou renovação da concessão de uma emissora depende da aprovação do Congresso Nacional e não apenas da decisão pessoal de quem esteja no exercício da Presidência da República. Também o cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo de dez anos para emissoras de rádio e de 15 para as de televisão, depende de decisão judicial.

A lei nada mais busca do que criar um instrumento público de comunicação como o existente em muitos países desenvolvidos: BBC (Reino Unido), PBS (EUA), France Télévisions (França), Deutsche Welle (Alemanha), TVE (Espanha), RTP (Portugal), RAI (Itália), NHK (Japão) apenas para citar os casos mais emblemáticos.

CONCLUSÃO

Assim, como bem observa CAPARELLI (1982), além de ampliar o mercado consumidor da indústria cultural, a televisão age também como instrumento mantenedor da ideologia e da classe dominante.

Por isso, como foi visto no artigo, a TV, como meio de comunicação de massa, tende, sempre, a ser utilizada como meio de controle de sociedades de massa. Daí a necessidade de observar de perto a relação que se estabelece entre Governo e Comunicação, de modo a evitar-se abusos de poder e garantir a autonomia dos meios de comunicação, valor este imprescindível à manutenção dos valores democráticos.

As TVs Públicas estrangeiras são prova de que a TV Pública é possível, pode e deve cumprir com seu papel de formar o senso crítico de seu telespectador oferecendo uma grade de programação diferenciada da TV Comercial.

O início desse processo no Brasil pode ter sido a criação da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, que com o governo de Michel Temer, corre o risco de ser passar por um desmonte.

Prova disso é que, com a ajuda do Congresso Nacional, Temer aprovou em 15/12/2016 a Medida Provisória-MP que altera a estrutura da EBC. Essa medida apresenta mudanças na estrutura da empresa, prevendo a criação de um Comitê Editorial e de Programação, que vai substituir o Conselho Curador. Também alterou a forma de nomeação do diretor-presidente, que será nomeado pelo presidente da República, entre outras mudanças que visam o controle político da EBC.

A solução para sair desse impasse, a nosso ver, reside na promoção de um debate amplo sobre o tema, junto à sociedade.

A concentração da mídia não contribui, contudo, para que o debate sobre a autonomia da TV Pública, a democratização dos meios de comunicação e a criação de um conselho social de controle da mídia seja feito.

Comumente, quando esses temas entram em discussão na sociedade, são rapidamente estigmatizados pelos grandes veículos de comunicação como tentativas de aparelhamento estatal e de cerceamento à liberdade de expressão, quando, na verdade, o aparelhamento da sociedade e a liberdade de expressão são tolhidas no sistema hoje vigente, em que a concentração dos grandes meios de comunicação nas mãos de poucas famílias é gritante, favorecendo, justamente, a manipulação da sociedade, de modo a manter a ideologia de um grupo oligopolizado, que representa os interesses da classe dominante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOWBOR Ladislau, “O que é poder local? ” (2008);

PINTO, Tales dos Santos. "Breve História da televisão"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historiag/breve-historia-televisao.htm>>. Acesso em 09 de janeiro de 2017;

MORAIS, Fernando Chatô: o rei do Brasil / Fernando Moraes. — 4a Ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2011;

MATTOS, Sérgio, 1948 – Um Perfil da TV Brasileira: 40 ANOS DE HISTÓRIA - 1950/1990/Sérgio Mattos. – Salvador: Associação Brasileira de Agências de Propaganda/ Capítulo Bahia: A TARDE, 1990.

<http://memoria.ebc.com.br/tv-publica-ebc> Acesso em 10/12/2016;

CARRATO, AA. "A TV pública e seus inimigos." *Seminário Internacional Latinoamericano de Investigación de la Comunicación* 3 (2005).

CAPARELLI, Sérgio. "Política da radiodifusão no Brasil", in *Rádio e Cultura no Brasil*, Caderno Intercom, No. 8, 1985, São Paulo: Cortez Editora, pp.15 24. **CASTRO, Arlindo.** TV também é cultura. *Cuca Cultura Capixaba* (1): 39 40, julho/agosto, 1985.

KOÇOUSKI, Marina. *A comunicação pública face ao dever estatal de informar.* Para não dizer que não falei de flores: estudo de caso do Inbra-SP. Dissertação de Mestrado. São Paulo: ECA-USP, 2012.;

Decreto-Lei nos 236, de 28 fevereiro de 1967. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962.;

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0236.htm

Acesso em: 04 de janeiro de 2017;

Lei no 11.652, de sete de abril de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei no 5.070, de sete de julho de 1966; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11652.htm

Acesso em 04 de janeiro de 2017;

<http://www.ebc.com.br/> Acesso em 26 de dezembro de 2017;

<http://www.extraclasse.org.br/edicoes/2013/03/tv-publica-nao-e-estatal/>

Acesso em 10 de janeiro de 2017.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-12/camara-aprova-mp-que-altera-estrutura-da-ebc>

Acesso em 10 de janeiro de 2017.

NAZARENO Claudio, “A implantação da TV Pública no Brasil”,2007.